

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

**TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas**

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	6,29%	3,92%	3,58%	4,10%	4,00%	3,93%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,60%	0,53%	2,43%	1,50%	2,50%	2,50%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-7,71%	5,06%	6,41%	1,25%	4,24%	3,97%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	6,59%	-6,53%	-2,54%	-0,83%	-3,30%	-2,22%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	5,55%	7,87%	20,57%	11,33%	13,26%	15,06%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	14,62%	-7,72%	2,27%	3,06%	-0,80%	1,51%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	11,87%	-1,42%	-1,38%	3,03%	0,08%	0,58%
PERCENTUAL DE REAJUSTE SALARIAL - EXECUTIVO	6,10%	7,00%	2,68%	4,10%	4,00%	3,93%
PERCENTUAL DE REAJUSTE SALARIAL - LEGISLATIVO	6,10%	7,00%	2,68%	4,10%	4,00%	3,93%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	279,74%	-74,52%	-21,19%	61,34%	-11,46%	9,56%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	13,75%	10,18%	6,50%	8,00%	8,09%	8,08%
Taxa de Câmbio	3,35	3,29	3,46	3,70	3,69	3,75

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

## Município de Santo Ângelo

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019  
Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA	ARRECADADA	ARRECADADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
<b>1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0</b>	<b>Receitas Correntes</b>	<b>144.005.365,22</b>	<b>164.076.779,76</b>	<b>168.722.760,51</b>	<b>178.535.000,00</b>	<b>190.556.507,98</b>	<b>203.707.926,79</b>	<b>220.946.754,25</b>
<b>1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0</b>	<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>23.912.426,75</b>	<b>25.882.801,61</b>	<b>29.072.573,51</b>	<b>36.801.000,00</b>	<b>38.255.679,55</b>	<b>45.061.449,77</b>	<b>53.883.041,17</b>
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF - s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	2.042.710,26	2.392.430,82	3.186.251,84	3.500.000,00	3.782.952,64	4.455.948,30	5.328.280,53
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF - s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	371.405,76	377.790,47	493.354,33	500.000,00	572.215,02	674.013,34	805.963,60
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Demais Impostos	18.461.469,90	19.566.868,63	21.397.445,30	25.800.000,00	27.870.349,09	32.828.546,00	39.255.325,88
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	3.036.842,83	3.545.511,69	3.995.046,80	7.000.000,00	6.029.476,63	7.102.133,89	8.492.504,67
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	-	200,00	475,24	1.000,00	686,18	808,25	966,48
<b>1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0</b>	<b>Contribuições</b>	<b>6.669.167,75</b>	<b>7.269.667,74</b>	<b>7.145.539,29</b>	<b>7.956.000,00</b>	<b>8.442.935,48</b>	<b>9.331.653,12</b>	<b>10.291.848,79</b>
<b>1.2.1.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Contribuições Sociais</b>	<b>4.300.566,49</b>	<b>4.962.469,03</b>	<b>4.925.072,11</b>	<b>5.150.000,00</b>	<b>5.475.696,82</b>	<b>6.168.803,35</b>	<b>6.922.755,81</b>
1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	4.300.566,49	4.905.792,90	4.878.955,95	5.100.000,00	5.418.000,00	6.108.798,66	6.860.392,93
1.2.1.0.06.0.0.00.00.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	-	56.676,13	46.116,16	50.000,00	57.696,82	60.004,70	62.362,88
1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	2.400,00	-	17.563,34	6.000,00	8.716,65	9.065,32	9.421,59
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.366.201,26	2.307.198,71	2.202.903,84	2.800.000,00	2.958.522,00	3.153.784,45	3.359.671,39
<b>1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0</b>	<b>Receita Patrimonial</b>	<b>5.326.897,38</b>	<b>10.042.288,38</b>	<b>7.509.508,99</b>	<b>7.210.000,00</b>	<b>8.069.354,49</b>	<b>8.601.931,88</b>	<b>9.163.487,50</b>
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-	-	-	-
<b>1.3.2.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Valores Mobiliários</b>	<b>5.170.187,94</b>	<b>8.134.578,80</b>	<b>7.278.981,46</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>7.136.614,72</b>	<b>7.607.631,29</b>	<b>8.104.276,48</b>
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	558.997,28	578.233,75	833.552,92	700.000,00	804.387,50	857.477,08	913.455,32
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	126.418,10	296.794,48	249.775,72	250.000,00	305.493,71	325.656,29	346.915,95
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	4.247.470,73	7.249.030,57	6.184.432,82	6.000.000,00	6.000.000,00	6.396.000,00	6.813.546,87
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.00.0.0.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	237.301,83	10.520,00	11.220,00	50.000,00	26.733,51	28.497,92	30.358,34
1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	102.523,06	151.426,44	159.146,28	160.000,00	179.723,86	191.585,63	204.092,82
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	-	1.650.000,00	-	-	664.885,58	708.768,03	755.038,18
1.3.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais	54.186,38	106.283,14	71.381,25	50.000,00	88.130,33	93.946,93	100.080,02
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
<b>1.6.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Receita de Serviços</b>	<b>44.738,50</b>	<b>27.379,76</b>	<b>68.306,78</b>	<b>70.000,00</b>	<b>62.466,05</b>	<b>66.588,81</b>	<b>70.935,89</b>
1.6.4.0.01.1.0.00.00.00 + 1.6.4.0.03.1.0.00.00	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv.Econômico	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Serviços	44.738,50	27.379,76	68.306,78	70.000,00	62.466,05	66.588,81	70.935,89
<b>1.7.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências Correntes</b>	<b>100.839.422,46</b>	<b>115.455.264,37</b>	<b>117.164.169,95</b>	<b>124.093.000,00</b>	<b>130.779.369,40</b>	<b>135.501.732,05</b>	<b>142.190.688,12</b>
<b>1.7.1.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências da União e de suas Entidades</b>	<b>39.742.310,84</b>	<b>46.623.413,47</b>	<b>45.098.891,47</b>	<b>48.833.000,00</b>	<b>52.129.169,09</b>	<b>53.891.466,55</b>	<b>56.639.912,98</b>
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	27.530.986,71	31.552.518,60	29.982.307,23	33.500.000,00	35.000.000,00	36.109.776,26	38.095.650,73
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.207.216,65	1.310.224,02	1.332.889,22	1.400.000,00	1.567.728,20	1.617.437,56	1.706.389,32
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	325.842,03	931.135,72	1.375.187,27	1.400.000,00	1.428.907,46	1.474.215,11	1.555.290,28
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	106.098,75	109.967,65	117.363,62	120.000,00	134.619,86	138.888,38	146.526,61
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	308.694,91	629.682,21	348.272,61	450.000,00	558.380,76	576.085,84	607.767,95
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	6.214.940,51	7.265.872,33	6.836.606,64	7.500.000,00	8.133.817,84	8.459.170,56	8.791.615,96
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	901.857,62	1.123.247,93	1.419.764,77	1.450.000,00	1.497.397,92	1.557.293,84	1.618.495,49
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	2.795.309,91	2.700.889,72	2.581.675,57	2.800.000,00	2.914.800,00	3.031.392,00	3.150.525,71
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	200.924,75	209.446,42	214.882,68	213.000,00	247.308,21	255.149,83	269.181,91

1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	150.439,00	790.428,87	889.941,86	-	646.208,83	672.057,19	698.469,03
<b>1.7.2.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências dos Estados</b>	<b>39.098.917,03</b>	<b>44.793.018,01</b>	<b>46.150.962,42</b>	<b>48.290.000,00</b>	<b>50.582.347,22</b>	<b>52.643.916,86</b>	<b>55.008.186,20</b>
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	27.952.864,51	32.026.765,47	34.685.105,48	34.000.000,00	36.000.000,00	37.469.086,68	39.166.075,68
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	8.438.925,00	8.853.255,01	8.413.667,82	10.400.000,00	10.710.021,55	11.147.075,71	11.651.930,96
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	538.590,63	402.495,00	524.411,60	540.000,00	566.393,96	589.507,34	616.206,35
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	100.644,11	-	150.000,00	96.710,75	100.657,32	105.216,13
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	39.225,83	-	1.279,63	-	477,96	497,08	516,61
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	1.156.355,16	2.572.449,65	2.131.725,78	2.000.000,00	2.536.347,89	2.637.801,81	2.741.467,42
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	936.450,19	770.263,92	-	700.000,00	557.395,12	579.690,92	602.472,77
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	36.505,71	67.144,85	394.772,11	500.000,00	115.000,00	119.600,00	124.300,28
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	145.723,50	-	-	57.853,08	60.167,21	62.531,78
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	21.998.194,59	23.893.109,39	24.966.703,09	26.000.000,00	27.040.000,00	27.897.381,43	29.431.611,31
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	947.612,97	970.000,00	970.000,00	1.008.800,00	1.048.445,84
<b>1.9.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>7.212.710,38</b>	<b>5.399.377,90</b>	<b>7.762.661,99</b>	<b>2.405.000,00</b>	<b>4.946.703,02</b>	<b>5.144.571,14</b>	<b>5.346.752,79</b>
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.181.189,91	882.451,05	1.893.905,45	200.000,00	500.000,00	520.000,00	540.436,00
<b>1.9.2.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Indenizações, Restituições e Ressarcimentos</b>	<b>102.705,46</b>	<b>262.938,76</b>	<b>202.908,21</b>	<b>200.000,00</b>	<b>252.061,40</b>	<b>262.143,85</b>	<b>272.446,10</b>
1.9.2.0.01.2.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	102.705,46	262.938,76	202.908,21	200.000,00	252.061,40	262.143,85	272.446,10
<b>1.9.9.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Demais Receitas Correntes</b>	<b>5.928.815,01</b>	<b>4.253.988,08</b>	<b>5.665.847,33</b>	<b>2.005.000,00</b>	<b>4.194.641,63</b>	<b>4.362.427,29</b>	<b>4.533.870,68</b>
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	2.462.610,69	1.852.517,31	2.567.026,15	2.000.000,00	2.082.000,00	2.165.280,00	2.250.375,50
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	3.414.514,52	2.375.440,55	3.082.348,07	-	2.094.357,46	2.178.131,76	2.263.732,34
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	51.689,80	26.030,22	16.473,11	5.000,00	18.284,17	19.015,53	19.762,84
<b>2.0.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Receitas de Capital</b>	<b>12.463.761,15</b>	<b>12.613.280,38</b>	<b>14.597.576,35</b>	<b>10.950.000,00</b>	<b>17.947.873,44</b>	<b>16.489.165,99</b>	<b>16.544.129,55</b>
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	4.734.295,49	8.017.925,03	11.248.044,85	7.500.000,00	12.100.000,00	10.282.681,62	9.960.893,87
<b>2.2.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Alienação de Bens</b>	<b>1.275.540,88</b>	<b>1.231.614,26</b>	<b>83.161,58</b>	<b>200.000,00</b>	<b>591.782,00</b>	<b>615.453,28</b>	<b>639.640,59</b>
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	136.600,00	400.700,00	-	-	159.080,00	165.443,20	171.945,12
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	1.138.940,88	830.914,26	83.161,58	200.000,00	432.702,00	450.010,08	467.695,48
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	-	42,78	199,33	-	91,44	95,09	98,83
<b>2.4.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências de Capital</b>	<b>5.994.224,12</b>	<b>2.737.691,52</b>	<b>2.900.364,44</b>	<b>3.050.000,00</b>	<b>4.796.000,00</b>	<b>5.112.536,00</b>	<b>5.446.295,13</b>
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	5.574.224,12	1.528.868,30	1.606.986,32	3.000.000,00	3.800.000,00	4.050.800,00	4.315.246,35
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	420.000,00	1.208.803,22	1.293.378,12	50.000,00	996.000,00	1.061.736,00	1.131.048,78
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
<b>2.9.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>459.700,66</b>	<b>626.006,79</b>	<b>365.806,15</b>	<b>200.000,00</b>	<b>460.000,00</b>	<b>478.400,00</b>	<b>497.201,12</b>
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	35.887,60	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	423.813,06	626.006,79	365.806,15	200.000,00	460.000,00	478.400,00	497.201,12
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	18.094.701,36	11.629.654,01	17.141.176,44	20.000.000,00	22.000.000,00	24.805.014,85	27.856.892,67
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
<b>9.0.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>(R) Deduções da Receita</b>	<b>(13.458.307,13)</b>	<b>(15.402.675,84)</b>	<b>(16.556.144,97)</b>	<b>(18.754.600,00)</b>	<b>18.583.381,42</b>	<b>19.275.678,05</b>	<b>20.206.753,26</b>
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos	-	-	-	(2.000.000,00)	718.845,20	747.599,01	776.979,65
<b>9.1.7.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Deduções para o FUNDEB</b>	<b>(12.913.442,39)</b>	<b>(14.614.802,20)</b>	<b>(14.787.381,17)</b>	<b>(15.754.600,00)</b>	<b>(16.531.668,72)</b>	<b>(17.141.896,84)</b>	<b>(17.989.114,45)</b>
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente	(544.864,74)	(787.873,64)	(1.768.763,80)	(1.000.000,00)	1.332.867,50	1.386.182,20	1.440.659,16
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS</b>		<b>161.105.520,60</b>	<b>172.917.038,31</b>	<b>183.905.368,33</b>	<b>190.730.400,00</b>	<b>211.921.000,00</b>	<b>225.726.429,57</b>	<b>245.141.023,21</b>

**Município de Santo Ângelo**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019**  
**Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar**

*Valores em R\$ 1,00*

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADA	REALIZADA	REALIZADA	ESTIMADA	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>3.0.00.00.00.00.00</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>133.472.022,18</b>	<b>142.438.438,53</b>	<b>157.856.321,42</b>	<b>172.830.000,00</b>	<b>184.341.000,00</b>	<b>201.789.003,27</b>	<b>221.263.660,10</b>
<b>3.1.00.00.00.00.00</b>	<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>91.378.138,53</b>	<b>95.651.706,06</b>	<b>110.939.474,47</b>	<b>125.000.000,00</b>	<b>133.096.000,00</b>	<b>150.065.829,82</b>	<b>168.529.135,78</b>
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	68.867.371,57	71.198.143,45	83.059.948,67	95.000.000,00	98.490.000,00	111.047.541,46	124.710.243,61
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	4.453.388,21	4.620.532,11	4.767.534,32	5.000.000,00	5.106.000,00	5.757.018,45	6.465.331,54
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	18.057.378,75	19.833.030,50	23.111.991,48	25.000.000,00	29.500.000,00	33.261.269,91	37.353.560,63
<b>3.2.00.00.00.00.00</b>	<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>1.195.856,04</b>	<b>2.092.479,15</b>	<b>3.153.520,56</b>	<b>2.550.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.702.250,00</b>	<b>2.920.591,80</b>
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executiv / Indiretas	1.137.695,31	1.966.245,41	3.028.091,14	2.500.000,00	2.500.000,00	2.702.250,00	2.920.591,80
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	58.160,73	126.233,74	125.429,42	50.000,00	-	-	-
<b>3.3.00.00.00.00.00</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>40.898.027,61</b>	<b>44.694.253,32</b>	<b>43.763.326,39</b>	<b>45.280.000,00</b>	<b>48.745.000,00</b>	<b>49.020.923,45</b>	<b>49.813.932,52</b>
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	39.867.011,56	43.896.921,86	43.065.637,42	44.000.000,00	47.000.000,00	47.266.045,79	48.030.666,29
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	970.036,34	754.305,15	656.512,99	580.000,00	745.000,00	749.217,11	761.337,16
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	60.979,71	43.026,31	41.175,98	700.000,00	1.000.000,00	1.005.660,55	1.021.929,07
<b>4.0.00.00.00.00.00</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>13.522.713,02</b>	<b>29.942.783,07</b>	<b>11.543.357,32</b>	<b>11.920.000,00</b>	<b>17.140.000,00</b>	<b>13.328.917,40</b>	<b>10.551.156,48</b>
<b>4.4.00.00.00.00.00</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>7.334.093,75</b>	<b>28.047.529,67</b>	<b>8.394.694,68</b>	<b>7.120.000,00</b>	<b>12.140.000,00</b>	<b>8.128.917,40</b>	<b>5.146.796,48</b>
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executiv / Indiretas	7.312.160,75	27.873.972,17	8.359.983,68	7.100.000,00	12.000.000,00	8.000.000,00	5.000.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	21.933,00	173.557,50	34.711,00	20.000,00	140.000,00	128.917,40	146.796,48
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
<b>4.5.00.00.00.00.00</b>	<b>INVERSÕES FINANCEIRAS</b>	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executiv / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
<b>4.6.00.00.00.00.00</b>	<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>6.188.619,27</b>	<b>1.895.253,40</b>	<b>3.148.662,64</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>5.200.000,00</b>	<b>5.404.360,00</b>
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	6.188.619,27	1.895.253,40	3.148.662,64	4.800.000,00	5.000.000,00	5.200.000,00	5.404.360,00
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	5.440.000,00	5.400.345,86	7.920.488,35
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	-	5.000.000,00	5.208.163,05	5.405.718,28
	<b>TOTAL DAS DESPESAS PAGAS</b>	<b>146.994.735,20</b>	<b>172.381.221,60</b>	<b>169.399.678,74</b>	<b>184.750.000,00</b>	<b>211.921.000,00</b>	<b>225.726.429,57</b>	<b>245.141.023,21</b>

**Município de Santo Ângelo**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019**  
**Estimativas para a Receita Corrente Líquida**  
**Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 12/2017, do TCE/RS**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)</b>	<b>168.722.760,51</b>	<b>178.535.000,00</b>	<b>190.556.507,98</b>	<b>203.707.926,79</b>	<b>220.946.754,25</b>
<b>II - DEDUÇÕES</b>	<b>33.866.166,06</b>	<b>35.854.600,00</b>	<b>36.438.549,07</b>	<b>39.075.718,34</b>	<b>42.265.312,70</b>
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	3.679.606,17	4.000.000,00	4.355.167,65	5.129.961,64	6.134.244,14
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	4.878.955,95	5.100.000,00	5.418.000,00	6.108.798,66	6.860.392,93
Compensação Financeira entre Regimes	2.567.026,15	2.000.000,00	2.082.000,00	2.165.280,00	2.250.375,50
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	6.184.432,82	6.000.000,00	6.000.000,00	6.396.000,00	6.813.546,87
Deduções da Receita Corrente	16.556.144,97	18.754.600,00	18.583.381,42	19.275.678,05	20.206.753,26
<b>III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)</b>	<b>134.856.594,45</b>	<b>142.680.400,00</b>	<b>154.117.958,91</b>	<b>164.632.208,44</b>	<b>178.681.441,55</b>

**Município de Santo Ângelo**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019**  
**Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021**

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	83.223.697,81	88.901.392,56	96.487.978,44
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	79.062.512,92	84.456.322,93	91.663.579,52
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	74.901.328,03	80.011.253,30	86.839.180,59

<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	9.247.077,53	9.877.932,51	10.720.886,49
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	8.784.723,66	9.384.035,88	10.184.842,17
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	8.322.369,78	8.890.139,26	9.648.797,84

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de Santo Ângelo  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019  
 TABELA 03 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>15.573.816,50</b>	<b>24.558.537,89</b>	<b>27.371.262,17</b>	<b>34.499.044,79</b>	<b>28.809.614,95</b>	<b>30.226.640,64</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	15.177.744,35	24.471.262,17	27.171.262,17	34.271.262,17	28.637.928,84	30.026.817,73
Precatórios posteriores a 05-05-2000	396.072,15	87.275,72	200.000,00	227.782,62	171.686,11	199.822,91
<b>DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)</b>	<b>92.326.515,01</b>	<b>136.555.164,15</b>	<b>115.177.408,90</b>	<b>114.686.362,69</b>	<b>122.139.645,24</b>	<b>117.334.472,27</b>
Disponibilidade da Caixa Bruta	14.075.652,76	15.305.618,81	16.000.000,00	15.127.090,52	15.477.569,78	15.534.886,77
(-) Restos a Pagar Processados	9.260.776,25	9.593.633,95	10.000.000,00	9.618.136,73	9.737.256,89	9.785.131,21
Demais Haveres Financeiros	87.511.638,50	130.843.179,29	109.177.408,90	109.177.408,90	116.399.332,36	111.584.716,72
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)</b>	<b>(76.752.698,51)</b>	<b>(111.996.626,26)</b>	<b>(87.806.146,73)</b>	<b>(80.187.317,89)</b>	<b>(93.330.030,29)</b>	<b>(87.107.831,64)</b>

**Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida**

*Valores em R\$*

Operações de Crédito / Pagamentos	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
<b>2.1 - Operações de Crédito</b>	<b>8.017.925,03</b>	<b>11.248.044,85</b>	<b>7.500.000,00</b>	<b>12.100.000,00</b>	<b>10.282.681,62</b>	<b>9.960.893,87</b>
<b>2.2 Encargos - Exceto RPPS</b>	<b>71.198.143,45</b>	<b>83.059.948,67</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.702.250,00</b>	<b>2.920.591,80</b>
<b>2.3 Amortizações - Exceto RPPS</b>	<b>1.895.253,40</b>	<b>3.148.662,64</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>5.200.000,00</b>	<b>5.404.360,00</b>

**Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:**

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

**Dívida Consolidada Líquida – DCL** – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019  
TABELA 02 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
<b>Receitas Correntes</b>	<b>148.674.103,92</b>	<b>152.166.615,54</b>	<b>159.780.400,00</b>	<b>171.973.126,57</b>	<b>184.432.248,74</b>	<b>200.740.000,99</b>
(-) Aplicações Financeiras em Geral	885.548,23	1.094.548,64	1.000.000,00	1.136.614,72	1.211.631,29	1.290.729,61
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	7.249.030,57	6.184.432,82	6.000.000,00	6.000.000,00	6.396.000,00	6.813.546,87
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
<b>(=) Receitas Primárias Correntes (I)</b>	<b>140.539.525,12</b>	<b>144.887.634,08</b>	<b>152.780.400,00</b>	<b>164.836.511,85</b>	<b>176.824.617,44</b>	<b>192.635.724,51</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>12.613.280,38</b>	<b>14.597.576,35</b>	<b>10.950.000,00</b>	<b>17.947.873,44</b>	<b>16.489.165,99</b>	<b>16.544.129,55</b>
(-) Operações de Crédito	8.017.925,03	11.248.044,85	7.500.000,00	12.100.000,00	10.282.681,62	9.960.893,87
(-) Amortização de Empréstimos	42,78	199,33	-	91,44	95,09	98,83
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	626.006,79	365.806,15	200.000,00	460.000,00	478.400,00	497.201,12
<b>(=) Receitas Primárias de Capital (II)</b>	<b>3.969.305,78</b>	<b>2.983.526,02</b>	<b>3.250.000,00</b>	<b>5.387.782,00</b>	<b>5.727.989,28</b>	<b>6.085.935,73</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)</b>	<b>144.508.830,90</b>	<b>147.871.160,10</b>	<b>156.030.400,00</b>	<b>170.224.293,85</b>	<b>182.552.606,72</b>	<b>198.721.660,24</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Pagamento	Pagamento	Pagto Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
<b>Despesas Correntes</b>	<b>124.261.919,34</b>	<b>137.854.030,87</b>	<b>149.551.403,12</b>	<b>158.591.000,00</b>	<b>171.289.003,27</b>	<b>186.996.729,64</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	2.092.479,15	3.153.520,56	2.550.000,00	2.500.000,00	2.702.250,00	2.920.591,80
<b>(=) Despesas Primárias Correntes (IV)</b>	<b>122.169.440,19</b>	<b>134.700.510,31</b>	<b>147.001.403,12</b>	<b>156.091.000,00</b>	<b>168.586.753,27</b>	<b>184.076.137,84</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>29.942.783,07</b>	<b>11.543.357,32</b>	<b>11.920.000,00</b>	<b>17.140.000,00</b>	<b>13.328.917,40</b>	<b>10.551.156,48</b>
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	1.895.253,40	3.148.662,64	4.800.000,00	5.000.000,00	5.200.000,00	5.404.360,00
<b>(=) Despesas Primárias de Capital (V)</b>	<b>28.047.529,67</b>	<b>8.394.694,68</b>	<b>7.120.000,00</b>	<b>12.140.000,00</b>	<b>8.128.917,40</b>	<b>5.146.796,48</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V)</b>	<b>150.216.969,86</b>	<b>143.095.204,99</b>	<b>154.121.403,12</b>	<b>168.231.000,00</b>	<b>176.715.670,67</b>	<b>189.222.934,32</b>

<b>RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (VII = III - VI)</b>	<b>- 5.708.138,96</b>	<b>4.775.955,11</b>	<b>1.908.996,88</b>	<b>1.993.293,85</b>	<b>5.836.936,05</b>	<b>9.498.725,91</b>
---	-----------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	8.124.058,80	7.267.761,46	6.950.000,00	8.043.055,29	8.020.572,28	8.291.042,89
<b>SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)</b>	<b>8.124.059</b>	<b>7.267.761</b>	<b>6.950.000</b>	<b>8.043.055</b>	<b>8.020.572</b>	<b>8.291.043</b>

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	2.092.479,15	3.153.520,56	2.550.000,00	2.806.559,90	3.066.181,99	3.034.433,14
<b>SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)</b>	<b>2.092.479</b>	<b>3.153.521</b>	<b>2.550.000</b>	<b>2.806.560</b>	<b>3.066.182</b>	<b>3.034.433</b>

<b>RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX)</b>	<b>323.440,69</b>	<b>8.890.196,01</b>	<b>6.308.996,88</b>	<b>7.229.789,24</b>	<b>10.791.326,34</b>	<b>14.755.335,66</b>
---	-------------------	---------------------	---------------------	---------------------	----------------------	----------------------

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO  
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% RCL
			(a / RCL) x 100			(b / RCL) x 100			(c / RCL) x 100
Receita Total	211.921.000,00	203.574.447,65	137,51%	225.726.429,57	208.496.295,70	137,11%	245.141.023,21	217.866.771,81	137,19%
Receitas Primárias (I)	170.224.293,85	163.519.974,88	110,45%	182.552.606,72	168.618.014,04	110,89%	198.721.660,24	176.612.000,87	111,22%
Despesa Total	211.921.000,00	203.574.447,65	137,51%	225.726.429,57	208.496.295,70	137,11%	245.141.023,21	217.866.771,81	137,19%
Despesas Primárias (II)	168.231.000,00	161.605.187,32	109,16%	176.715.670,67	163.226.622,58	107,34%	189.222.934,32	168.170.097,82	105,90%
Resultado Primário (I - II)	1.993.293,85	1.914.787,56	1,29%	5.836.936,05	5.391.391,46	3,55%	9.498.725,91	8.441.903,05	5,32%
Resultado Nominal	7.229.789,24	6.945.042,50	4,69%	10.791.326,34	9.967.603,58	6,55%	14.755.335,66	13.113.665,37	8,26%
Dívida Pública Consolidada	34.499.044,79	33.140.292,79	22,38%	28.809.614,95	26.610.521,46	17,50%	30.226.640,64	26.863.641,72	16,92%
Dívida Consolidada Líquida	- 80.187.317,89	- 77.029.123,82	-52,03%	- 93.330.030,29	- 86.205.969,01	-56,69%	- 87.107.831,64	- 77.416.263,62	-48,75%

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comperação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL – corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

**Premissas e Metodologia Utilizadas:**

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2015, 2016 e 2017) e os valores reestimados para o exercício atual (2018), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto Nacional de 4,10%, 4% e 3,93% e das taxas de inflação (IPCA), de 1,5%, 2,5% e 2,5%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 03/08/2018.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 495/2017 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2019. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2019, 2020 e 2021, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 8%, 8,09% e 8,08%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 03/08/2018.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2018, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO (2019), os números mais representativos no contexto das projeções:
- 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2019, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 211.921.000,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (RS), das resultantes de Operações de Crédito, das Aliações de Investimentos e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos, resultam numa Receita Primária de R\$ 170.224.293,85.
- 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 211.921.000,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos e a Amortização da Dívida Pública, tem-se que as despesas primárias para 2019 foram previstas em R\$ 168.231.000,00.
- 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2019 que foi inicialmente prevista a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO. O detalhamento do cálculo do Resultado Primário e nominal pelo Critério **ACIMA DA LINHA** é evidenciado na **Tabela 02**.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 03**.

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS - RPPS**  
EXERCÍCIO DE 2019

**AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019		2020		2021	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Corrente	Constante	Corrente	Constante	Corrente	Constante
	(a)		(b)		(c)	
Receita Total RPPS	35.500.000,00	34.101.825,17	39.475.093,50	36.461.883,45	43.781.207,98	38.910.135,58
Receitas Primárias RPPS (I)	29.500.000,00	28.338.136,41	33.079.093,50	30.554.102,47	36.967.661,11	32.854.660,07
Despesa Total RPPS	35.500.000,00	34.101.825,17	39.475.093,50	36.461.883,45	43.781.207,98	38.910.135,58
Despesas Primárias RPPS (II)	35.500.000,00	34.101.825,17	39.475.093,50	36.461.883,45	43.781.207,98	38.910.135,58
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 6.000.000,00	- 5.763.688,76	- 6.396.000,00	- 5.907.780,98	-6.813.546,87	-6.055.475,50

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2017 (a)	% RCL	II-Metas Realizadas em 2017 (b)	% RCL	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	170.058.772,00	126,10%	183.905.368,33	136,37%	13.846.596,33	8,14%
Receita Primárias (I)	148.881.912,00	110,40%	147.871.160,10	109,65%	- 1.010.751,90	-0,68%
Despesa Total	170.058.772,00	126,10%	169.399.678,74	125,61%	- 659.093,26	-0,39%
Despesa Primárias (II)	166.004.859,00	123,10%	143.095.204,99	106,11%	- 22.909.654,01	-13,80%
Resultado Primário (I-II)	- 17.122.947,00	-12,70%	4.775.955,11	3,54%	21.898.902,11	-127,89%
Resultado Nominal	20.122.577,00	14,92%	8.890.196,01	6,59%	- 11.232.380,99	-55,82%
Dívida Pública Consolidada	43.424.840,00	32,20%	24.558.537,89	18,21%	- 18.866.302,11	-43,45%
Dívida Consolidada Líquida	33.122.577,00	24,56%	- 111.996.626,26	-83,05%	- 145.119.203,26	-438,13%

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2017), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 4.775.955,11, valor 127,89% superior à meta estabelecida, que era de R\$ - 17.122.947,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 147.871.160,10 à menor em -0,68% a projeção para o período de R\$ 148.881.912,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 169.399.678,74, estabelecendo-se -0,39% abaixo da previsão orçamentária. Não comprometendo, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento em relação ao valor consignado no orçamento.

A dívida consolidada totalizou R\$ 24.558.537,89, valor 43,45% inferior ao saldo de R\$ 43.424.840,00 estimado para o exercício. No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2017, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 33.122.577,00

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
EXERCÍCIO DE 2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação%	2021	Variação %
Receita Total	173.146.579,00	170.058.772,00	-1,78%	199.440.417,43	17,28%	211.921.000,00	6,26%	225.726.429,57	6,51%	245.141.023,21	8,60%
Receitas Primárias (I)	146.089.197,00	148.881.912,00	1,91%	170.098.130,27	14,25%	170.224.293,85	0,07%	182.552.606,72	7,24%	198.721.660,24	8,86%
Despesa Total	173.146.579,00	170.058.772,00	-1,78%	199.440.417,43	17,28%	211.921.000,00	6,26%	225.726.429,57	6,51%	245.141.023,21	8,60%
Despesas Primárias (II)	166.287.083,00	166.004.859,00	-0,17%	192.773.677,02	16,13%	168.231.000,00	-12,73%	176.715.670,67	5,04%	189.222.934,32	7,08%
Resultado Primário (I – II)	- 20.197.886,00	- 17.122.947,00	-15,22%	- 22.675.546,75	32,43%	- 1.993.293,85	-108,79%	- 5.836.936,05	192,83%	- 9.498.725,91	62,73%
Resultado Nominal	16.933.057,00	20.122.577,00	18,84%	49.390,78	-99,75%	7.229.789,24	14537,93%	10.791.326,34	49,26%	14.755.335,66	36,73%
Dívida Pública Consolidada	15.573.816,50	43.424.840,00	178,83%	31.834.294,72	-26,69%	34.499.044,79	8,37%	28.809.614,95	-16,49%	30.226.640,64	4,92%
Dívida Consolidada Líquida	- 76.752.698,51	33.122.577,00	-143,15%	19.673.898,21	-40,60%	- 80.187.317,89	-507,58%	- 93.330.030,29	16,39%	- 87.107.831,64	-6,67%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	186.375.559,41	176.146.876,04	-5,49%	199.440.417,43	13,22%	203.574.447,65	2,07%	208.496.295,70	2,42%	217.866.771,81	4,49%
Receitas Primárias (I)	157.250.902,51	154.211.884,45	-1,93%	170.098.130,27	10,30%	163.519.974,88	-3,87%	168.618.014,04	3,12%	176.612.000,87	4,74%
Despesa Total	186.375.559,41	176.146.876,04	-5,49%	199.440.417,43	13,22%	203.574.447,65	2,07%	208.496.295,70	2,42%	217.866.771,81	4,49%
Despesas Primárias (II)	178.991.974,87	171.947.832,95	-3,94%	192.773.677,02	12,11%	161.605.187,32	-16,17%	163.226.622,58	1,00%	168.170.097,82	3,03%
Resultado Primário (I – II)	- 21.741.072,36	- 17.735.948,50	-18,42%	- 22.675.546,75	27,85%	- 1.914.787,56	-108,44%	- 5.391.391,46	181,57%	- 8.441.903,05	56,58%
Resultado Nominal	18.226.799,45	20.842.965,26	14,35%	49.390,78	-99,76%	6.945.042,50	13961,41%	9.967.603,58	43,52%	13.113.665,37	31,56%
Dívida Pública Consolidada	16.763.708,41	44.979.449,27	168,31%	31.834.294,72	-29,22%	33.140.292,79	4,10%	26.610.521,46	-19,70%	26.863.641,72	0,95%
Dívida Consolidada Líquida	- 82.616.862,57	34.308.365,26	-141,53%	19.673.898,21	-42,66%	- 77.029.123,82	-491,53%	- 86.205.969,01	11,91%	- 77.416.263,62	-10,20%

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
EXERCÍCIO DE 2019

**AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,**

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	96.007.451,00	73,58%	91.728.160,04	95,54%	55.822.692,09	60,86%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	34.467.254,33	26,42%	4.279.290,96	4,46%	35.905.467,95	39,14%
<b>TOTAL</b>	<b>130.474.705,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>96.007.451,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>91.728.160,04</b>	<b>100,00%</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	3.903.910,23	47,05%	3.496.580,32	89,57%	1.049.673,90	30,02%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.392.998,59	52,95%	407.329,91	10,43%	2.446.906,42	69,98%
<b>TOTAL</b>	<b>8.296.908,82</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.903.910,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.496.580,32</b>	<b>100,00%</b>

**CONSOLIDAÇÃO GERAL**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	99.911.361,23	72,00%	95.224.740,36	95,31%	56.872.365,99	59,72%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	38.860.252,92	28,00%	4.686.620,87	4,69%	38.352.374,37	40,28%
<b>TOTAL</b>	<b>138.771.614,15</b>	<b>100,00%</b>	<b>99.911.361,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>95.224.740,36</b>	<b>100,00%</b>

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", ou "Lucros ou Prejuízos Acumulados" o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, está sobre a gestão do FABS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2015 a 2017, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 95.224.740,36 em 31.12.2015 para R\$ 138.771.614,15 em 31.12.2017

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
EXERCÍCIO DE 2019

**AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)**

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2015	2.260.441,55	600.562,97	364.727,06
<b>RECEITAS DE CAPITAL - Alienaçã de Ativos (I)</b>	<b>83.161,58</b>	<b>1.231.614,26</b>	<b>1.275.540,88</b>
Alienação de Bens Móveis	-	400.700,00	136.600,00
Alienação de Bens Imóveis	83.161,58	830.914,26	1.138.940,88
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	73.294,81	60.820,22	50.989,13
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	46.100,94	- 367.444,10	1.090.694,10
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	46.100,94	-	123.250,00
Investimentos	46.100,94		123.250,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
<b>DESPESA CORRENTES</b>		(367.444,10)	967.444,10
Lei 4.019/2015		(367.444,10)	967.444,10
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.</b>	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO			
<b>Valor (III)</b>	<b>2.370.797,00</b>	<b>2.260.441,55</b>	<b>600.562,97</b>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Santo Ângelo  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>31.116.559,22</b>	<b>25.647.627,97</b>	<b>29.141.939,96</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	4.925.072,11	4.905.792,90	4.300.566,49
Civil	4.925.072,11	4.905.792,90	4.300.566,49
Ativo	4.878.955,95	4.886.653,19	4.279.911,67
Inativo	46.116,16	19.139,71	20.654,82
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	5.850.761,40	4.687.779,71	4.738.086,46
Civil	5.850.761,40	4.687.779,71	4.738.086,46
Ativo	5.806.681,09	4.668.245,41	4.720.231,99
Inativo	44.080,31	19.534,30	17.854,47
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos	2.093.607,41	694.822,16	5.327.719,71
Receita Patrimonial	6.481.432,82	7.249.030,57	4.247.470,73
Receitas Imobiliárias	6.481.432,82	7.249.030,57	4.247.470,73
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	9.193.384,16	6.209.195,08	8.028.895,19
Outras Receitas Correntes	2.572.301,32	1.901.007,55	2.499.201,38
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	2.567.026,15	1.852.517,31	2.462.610,69
Demais Receitas Correntes	5.275,17	48.490,24	36.590,69
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
( R ) Dedução da Receita	-393.620,95	-283.690,32	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	<b>30.722.938,27</b>	<b>25.363.937,65</b>	<b>29.141.939,96</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>	<b>215.580,91</b>	<b>201.740,87</b>	<b>226.118,83</b>
Despesas Correntes	215.580,91	201.740,87	226.118,83
Despesas de Capital			
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>			
Benefícios - Civil	22.918.853,69	19.662.249,99	17.878.377,46
Aposentadorias	18.537.065,25	15.496.798,73	14.071.580,03
Pensões	3.186.319,06	2.831.196,40	2.600.292,19
Outros Benefícios Previdenciários	1.195.469,38	1.334.254,86	1.206.505,24
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	144.162,28	138.299,69	72.022,90
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	12.859,86	12.065,95	13.862,17
Demais Despesas Previdenciárias	131.302,42	126.233,74	58.160,73
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>23.278.596,88</b>	<b>20.002.290,55</b>	<b>18.176.519,19</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>7.444.341,39</b>	<b>5.361.647,10</b>	<b>7.320.902,56</b>

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2017.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

**Projeção Atuarial**  
Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
EXERCÍCIO DE 2019

**PROJEÇÕES ATUARIAIS**

Ano	Ativos	Apos.	Pens.	Inat	Custeio R\$	Benefícios R\$	Aplicacao R\$	Saldo R\$
2015	1,314	577	164	741	24.556.463,81	18.234.962,91	4.241.099,71	41.017.309,28
2016	1314	675	164	839	40.278.157,61	19.930.512,56	3.961.038,56	65.325.992,88
2017	1314	696	170	866	36.465.049,59	20.851.972,46	4.719.559,57	85.658.629,58
2018	1314	700	176	876	36.342.414,43	21.343.091,84	5.139.517,78	105.797.469,95
2019	1314	709	182	891	36.884.404,79	21.978.748,03	6.347.848,20	127.050.974,91
2020	1314	747	189	936	37.515.365,77	23.437.131,08	7.623.058,49	148.752.268,10
2021	1314	765	195	960	38.099.688,79	24.361.217,26	8.925.136,09	171.415.875,71
2022	1314	772	201	973	38.662.090,99	24.997.227,31	10.284.952,54	195.365.691,93
2023	1314	805	208	1013	39.308.581,88	26.404.292,02	11.721.941,52	219.991.923,31
2024	1314	823	214	1037	39.920.548,19	27.395.301,11	13.199.515,40	245.716.685,79
2025	1314	837	221	1058	40.531.927,91	28.308.643,16	14.743.001,15	272.682.971,68
2026	1314	838	227	1065	41.112.229,22	28.838.394,80	16.360.978,30	301.317.784,40
2027	1314	871	234	1105	41.799.067,30	30.359.688,45	18.079.067,06	330.836.230,31
2028	1314	910	240	1150	42.513.650,62	32.083.575,25	19.850.173,82	361.116.479,50
2029	1314	935	246	1181	43.196.659,39	33.415.809,29	21.666.988,77	392.564.318,36
2030	1314	963	252	1215	43.899.896,14	34.873.353,22	23.553.859,10	425.144.720,38
2031	1314	971	258	1229	44.550.619,91	35.727.719,83	25.508.683,22	459.476.303,69
2032	1314	1001	264	1265	45.282.066,37	37.310.173,05	27.568.578,22	495.016.775,23
2033	1314	1026	270	1296	46.008.882,93	38.766.079,25	29.701.006,51	531.960.585,44
2034	1314	1074	276	1350	46.823.609,55	41.019.714,30	31.917.635,13	569.682.115,81
2035	1314	1099	282	1381	47.574.640,00	42.553.876,84	34.180.926,95	608.883.805,92
2036	1314	1120	288	1408	48.323.862,18	43.986.290,72	36.533.028,36	649.754.405,74
2037	1314	1178	294	1472	49.212.930,07	46.732.324,33	38.985.264,34	691.220.275,82
2038	1314	1198	300	1498	49.983.934,38	48.211.697,23	41.473.216,55	734.465.729,51
2039	1314	1213	306	1519	50.749.077,17	49.545.225,49	44.067.943,77	779.737.524,97
2040	1314	1232	312	1544	51.540.302,04	51.051.123,89	46.784.251,50	827.010.954,61
2041	1314	1234	317	1551	19.919.625,43	51.945.545,57	49.620.657,28	844.605.691,75
2042	1314	1234	323	1557	20.210.964,79	52.802.316,62	50.676.341,51	862.690.681,42
2043	1314	1218	328	1546	20.444.121,38	53.048.467,25	51.761.440,89	881.847.776,44
2044	1314	1210	334	1544	20.712.620,26	53.618.844,99	52.910.866,59	901.852.418,29
2045	1314	1224	339	1563	21.067.570,98	55.024.136,63	54.111.145,10	922.006.997,74
2046	1314	1237	344	1581	21.424.481,25	56.419.004,64	55.320.419,86	942.332.894,21
2047	1314	1250	349	1599	21.787.262,60	57.842.144,23	56.539.973,65	962.817.986,23
2048	1314	1262	354	1616	22.151.972,51	59.253.704,04	57.769.079,17	983.485.333,88
2049	1314	1275	359	1634	22.526.724,32	60.734.385,20	59.009.120,03	1.004.286.793,04
2050	1314	1287	364	1651	22.903.483,45	62.203.403,89	60.257.207,58	1.025.244.080,18
2051	1314	1298	369	1667	23.282.174,55	63.659.562,24	61.514.644,81	1.046.381.337,30
2052	1314	1310	373	1683	23.668.773,67	65.162.170,28	62.782.880,24	1.067.670.820,93

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
EXERCÍCIO DE 2019

**AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)**

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
1	Descontos	Balcao de negociação	2.900.000,00	3.016.000,00	3.134.528,80	Vide Obsevação
2	Descontos	Lei nº 3.742	1.100.000,00	1.144.000,00	1.188.959,20	abaixo
<b>TOTAL</b>			<b>4.000.000,00</b>	<b>4.160.000,00</b>	<b>4.323.488,00</b>	-

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2019 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2020 e 2021, foram calculados a partir dos valores de 2019, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2020: 4,00%

Inflação para 2021: 3,93%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de Santo Ângelo  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
EXERCÍCIO DE 2019

**AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)**

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2019
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	<b>(4.276.436,57)</b>
Decorrente de Receitas Tributárias	(1.369.504,09)
Decorrente de Transferências Correntes	(2.906.932,48)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	438.049,15
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	<b>(3.838.387,42)</b>
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	<b>(3.838.387,42)</b>
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
<b>Novas DOCC</b>	<b>(1.696.869,34)</b>
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(1.621.013,45)
Relativas a Outras Despesas Correntes	(75.855,89)
<b>Novas DOCC geradas por PPP</b>	-
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>SEM MARGEM</b>

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2019 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2018-2019

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2019, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2018-2019 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de Santo Ângelo  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
 EXERCÍCIO DE 2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Demandas Judiciais	750.000,00	Abertura de créditos adicionais	1.000.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	250.000,00		
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>

<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Frustração de Arrecadação	1.000.000,00	Limitação de empenho	1.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.000.000,00</b>

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

MUNICÍPIO DE:									
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019									
ANEXO IV									
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO									
(Art. 45 da LRF)									
		EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2019				
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	ATÉ EXERC ANTERIOR - 2017	NO EXERCÍCIO DE 2018	A EXECUTAR EM 2019	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
09/2007	Urbanização Assentamentos Precários - Sagrada Família	2007	1.159.936,00	0	5	0	X		
14/2010	Asfalto Acesso Buriti	2010	5.894.649,78	0	5	0	X		
63/2010	Loteamento Jardim.	2011	981.961,40	0	5	0	X		
19/2011	Construção ESF B. Dido	2011	200.000,00	0	20	0	X		
51/2011	Pavimentação Bairro Pilau II/ Loteamento Dom Aloisio Lorscheider	2011	908.936,23	0	5	0	X		
07/2012	Pista de Rodeio e Praça Castelo Branco	2012	448.000,00	60	40	0	X		
23/2012	Pro transporte pac2 2012	2012	38.304.844,05	47	9	18	X		
09/2013	Impl e Moderniz de Infraest para Esporte Educacional , Recreativo de Lazer.	2013	910.743,84	5	0	0	X		
17/2013	Pavimentação em vias Urbanas	2013	260.600,00	0	15	0	X		
20/2013	PAVIMENTAÇÃO DE 3 VIAS URBANAS -- SOUZA LOBO - SEPE TIARAJU E ANDRADAS	2013	260.600,00	0	15	0	X		
26/2013	Parque Tecnológico	2013	327.000,00	30	0	0	X		
29/2013	PELC	2013	941.217,39	0	50	50	X		
32/2013	Implantação e revitalização de passeio publico	2013	250.800,00	90	10	0	X		
33/2013	Implementação de Pavimentação de Vias Pública Urbanas -- PEDRO ARÃO E MARECHAL DEODORO	2013	251.784,00	85	15	0	X		
06/2014	pavimentação de diversas ruas	2014	500.000,00	0	100	0			X
07/2015	reforma GTF Aparicio Borges	2015	250.000,00	10	90	0			X
08/2015	Etinia AFRO	2015	250.000,00	10	90	0			X
09/2015	Pavimentação de diversas ruas -- Sepe Tiaraju e Francisco Graziadei	2015	260.000,00	35	20	0	X		
10/2015	Pavimentação de diversas ruas -- Santo Antonio, Dalro Filho e Gaspar Martins	2015	250.000,00	35	20	0	X		
11/2015	Pavimentação de diversas vias. -- Bolivia e Jose Bonifacio	2015	310.000,00	35	20	0	X		
16/2015	PMAT	2015	500.000,00	35	20	0	X		
03/2016	Estrada de acesso Barca dos Maiais	2016	380.312,42	0	68	32	X		
04/2016	Ciclofaixa trecho 1	2016	65.000,00	0	30	70			X
05/2016	Ciclofaixa trecho 2	2016	65.000,00	0	30	70			X
04/2017	Pavimentação Rua tiradentes	2017	269.302,35	0	40	40			X
08/2017	Impl, instal e moderniz de espaços culturais	2017	253.000,00	0	80	20			X
09/2017	Infraestrutura esporte	2017	257.866,77	0	0	100			X
10/2017	Asfalto Venâncio Aires	2017	357.628,48	0	0	100			X
12/2017	Calçamento 2 ruas	2017	150.000,00	0	100	0			X
23/2017	Jogos das Escolas Municipais	2017	27.095,04	0	100	0			x
34/2017	BADESUL	2017	5.000.000,00	0	32	68			x
01/2018	Avançar Cidades 01/2018	2018	8.054.713,95	0	20	20			x
02/2018	Feira do Livro	2018	20.000,00	0	0	100			x
03/2018	10º NATAL CIDADE DOS ANJOS	2018	30.000,00	0	0	100			x
04/2018	12ª Edição Cidade das Tortas	2018	15.000,00	0	0	100			x
10/2018	Pavimentação Asfáltica	2018	567.000,00	0	0	20			x
11/2018	Construção e ampliação de escolas	2018	100.000,00	0	0	100		x	
12/2018	Unidades basicas de saude	2018	150.000,00	0	0	100		x	
13/2018	Aquisição de Patrulha Agrícola e Equipamentos	2018	204.000,00	0	0	20			x
15/2018	Aquisição de Equipamento Agrícola	2018	105.062,62	0	100	0			x
16/2018	Pav. Estrada de Barra São Joao	2018	200.000,00	0	20	80			x
17/2018	Inova Rural	2018	1.300.000,00	0	0	16			
18/2018	Aquisição Equipamentos Agrícolas	2018	102.000,00	0	0	20			x
19/2018	Infra-estrutura Esportiva	2018	253.000,00	0	0	100			x
20/2018	Aquisição de maquinas equipame	2018	400.000,00	0	0	20			x
21/2018	Implantação do Centro Administrativo	2018	5.000.000,00	0	0	2			
22/2018	Formação e Qualif. Mão de Obra	2018	110.000,00	0	0	100			x
23/2018	Construção Compl. Esportivo	2018	200.000,00	0	20	80			x
24/2018	Adequação de iluminação na cidade	2018	1.617.566,97	0	100	0		x	
25/2018	Adequação infra-estrutura praças	2018	370.000,00	0	20	80		x	
26/2018	Recuperação de Estradas Vicinais	2018	550.000,00	0	0	20		x	
28/2018	Ampliação do Aeroporto Regional Sepé Tiaraju	2019	100.000,00	0	0	100			x
29/2018	Desapropriação	2019	300.000,00	0	0	100			x